

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 080

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

|                               |                              |
|-------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> ..... | <i>Valdir Rossoni</i>        |
| <i>Líder Oposição</i> .....   | <i>Irineu Colombo</i>        |
| <i>PTB</i> .....              | <i>Ademar Traiano</i>        |
| <i>PFL</i> .....              | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PMDB</i> .....             | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....              | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....               | <i>Hermes Fonseca</i>        |
| <i>PDT</i> .....              | <i>Edgar Bueno</i>           |
| <i>PSDB</i> .....             | <i>Sérgio Spada</i>          |
| <i>PSB</i> .....              | <i>Ricardo Maia</i>          |
| <i>PSL</i> .....              | <i>Edno Guimarães</i>        |
| <i>PST</i> .....              | <i>Divanir Braz Palma</i>    |

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Pércles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE JUNHO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Tony Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 648/97, item 02, em 2ª Discussão, de autoria do ilustre deputado Élio Lino Rusch, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do projeto de Lei nº 056/99, item 03, em 2ª Discussão, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Companhia Cacique de Café Solúvel pela inauguração da nova Fábrica de Café Solúvel Freeze Driet (Liofilizado) em Londrina.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Sérgio Coimbra, presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel.

Sala das Sessões, em 15.06.00.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

A tradicional empresa Companhia Cacique de Café Solúvel, inaugurará em Londrina, no próximo dia 30, mais uma fábrica de Café Solúvel, que incorpora tecnologia de última geração, inclusive sendo a melhor e mais moderna disponível no mundo.

A maior ou intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro do seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústria. Só os povos que possuem indústria própria podem se considerar economicamente independentes.

Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos países industrializados.

Eis porque muito temos que louvar a Companhia Cacique de Café Solúvel, pela feliz iniciativa da construção e inauguração de mais uma unidade em Londrina.

Em breve, pelo afluxo dos negócios que a nova fábrica fatalmente atrairá para a região, o comércio sentirá como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias.

Que a nova indústria prospere, produzindo os almejados frutos, para galardão de seus diretores e colaboradores, são os votos sinceros da Assembléia legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

## REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando providências quanto a falta de homens e viaturas para a Polícia Civil de Ponta Grossa.

É notório que o processo de resgate da dignidade da Polícia Civil, assim como o atendimento à população, só se faz possível com a liberação de viaturas, armamentos e o aumento de homens.

Neste momento é necessário um esforço, visando implemento dos serviços policiais indispensáveis, e que ora se fazem quase impossíveis frente a escassez dos meios próprios.

Em razão disto, segue em anexo o relatório apresentado a este gabinete, pelo Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, referente a precária situação em que se encontra a 13ª Subdivisão e respectivos Distritos Policiais, assim como a solicitação de recursos materiais e humanos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, Marco Antônio Sávio Costa, na rua Comendador Miró, 860 - 1º andar - Ponta Grossa - PR - 84010-160.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Antônio Ficinski Dunin, solicitando a liberação da parcela do "Programa Paraná Urbano, destinado ao município de Ponta Grossa.

Venho mais uma vez solicitar a liberação imediata da parcela do "Programa Paraná Urbano" destinado ao município de Ponta Grossa. Tais recursos são extremamente necessários para a conclusão de várias obras fundamentais e de desenvolvimento para a população pontagrossense.

Os projetos para a execução das obras já foram apresentados pela administração anterior assim como pela administração atual.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governa-

dor Jaime Lerner e ao secretário especial da Política Habitacional e diretor presidente da Cohapar, Rafael Bernardo Dely, solicitando a inclusão do município de Ponta Grossa na próxima etapa do Programa de Desfavelamento do governo do Estado.

Ponta Grossa conta com aproximadamente 200 (duzentas) favelas. As famílias destas favelas moram em condições precárias, quase subumanas e, neste caso, haveria a necessidade de um programa de desfavelamento, o qual tiraria as famílias de favelas e colocaria estas em moradias populares, proporcionando melhores condições de vida e garantindo a dignidade às moradias dos nossos cidadãos menos afortunados.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Hitoshi Nakamura, Digníssimo secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando informações documentadas referente ao processo licitatório (ata, relatórios, mapas comparativos, etc), bem como os empenhos e suas respectivas notas fiscais, da aquisição ou locação de lonas e toldos para a realização de eventos no Estado, no período de 01.01.98 até a presente data.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

## O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Duas medidas através de resoluções do Senado da República fazem com que aprovemos uma delas, que foi a reunião do Conselho de Ética, Conselho esse que Vossa Excelência, senhor presidente, Nelson Justus quer implantar nesta Casa e tem aquiescência de todos os 53 deputados porque é necessário um Conselho de Ética no Parlamento como ontem o presidente da Unale, deputado Orlando Pessuti, que hoje em Minas Gerais preside a reunião de todos os Parlamentos do Brasil, aonde uma das matérias na pauta da Ordem do Dia daquela reunião é justamente o Conselho de Ética, e o Senado ontem dando uma mostra de que as coisas sérias devem acontecer neste país, quando por maioria de votos optou pela cassação do senador Luiz José Esteves que terá o seu julgamento através de uma votação de Plenário, que acredito irá acompanhar o Parecer dado pela Comissão de Ética do Senado da República.

Mas outra medida também, senhor presidente, que vai de encontro com a família brasileira, que é a proibição do registro de armas por 6 meses no país, e principalmente o recolhimento das armas das famílias brasileiras que possuem armas para a sua auto defesa, acredito que esse assunto deve ser melhor discutido porque entendemos que os fora-da-lei, os marginais e os bandidos não têm registro de armas e terão agora a opção maior para cometer seus delitos, já que a sociedade, através das autoridades constituídas, irá tentar recolher as armas dos cidadãos de bem deste país que as possuem, para ter a sua segurança e da sua família.

Tenho a certeza absoluta, senhor presidente, senhores deputados, que não será através de uma medida normativa no país, mas sim de uma medida educativa no país, aonde a educação, desde as nossas escolas primárias e até atingir o nível de 2º Grau, fazendo com que a população seja conscientizada do manejo, do uso e principalmente do que representa a arma, entendo também que aqueles cidadãos que possuem as suas propriedades rurais e que têm o seu domicílio fora da área urbana dos nossos municípios necessitam, possuir em suas propriedades uma arma pela qual, além de defender o seu patrimônio, irão defender também as suas famílias e principalmente as suas vidas.

Conhecemos de perto, senhor presidente, senhores deputados, de uma região da qual somos oriundos que é Ponta Grossa e região dos Campos Gerais aonde um grande número da parcela das cidades que compõem a nossa região e a mesma cidade de Ponta Grossa possuem nos seus distritos, fazendas, pequenas propriedades, aonde os homens que lidam com a terra têm que ter uma arma para a sua própria sobrevivência e o resguardo das suas famílias, haverão de ter a necessidade de possuir uma autodefesa. Entendemos também de que por outro lado alguns abusos são cometidos e que poderia de outra forma mais apropriada, fazendo com que o Brasil todo tenham uma melhor segurança, e principalmente a família brasileira tenham uma melhor tranquilidade.

Era esses dois assuntos, senhor presidente e senhores deputados, que queríamos, e entendemos que numa oportunidade futura voltaremos a um deles, que é essa proibição de armas no Brasil, que entendemos que parcialmente deve ser efetivada, mas também salvaguardando aqueles interesses, principalmente dos moradores das zonas rurais, e aqueles mais longínquos das comunidades urbanas do nosso Estado e do nosso país.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PSB. PTB. PFL. PSDB. PMDB.

Com a palavra deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Iríamos abordar segunda-feira o tema objetivo da nossa viagem a Brasília no dia de ontem, um assunto extremamente importante, que deve ser exaustivamente discutido aqui neste Parlamento. Por isso, vou deixar para abordá-lo na segunda-feira.

Quero hoje, senhor presidente, fazer algumas colocações, tendo em vista a posição da vice-governadora Emilia Belinati, e a maneira como ela se posicionou na imprensa no dia de ontem nos causou uma profunda estranheza. A vice-governadora Emilia Belinati, ao invés de se defender das acusações que pesam contra ela, ao invés de se defender das acusações de que ela teria sido beneficiária de depósitos de cheques desviados do esquema fraudulento da prefeitura de Londrina, ela parte para aquela velha política que todos já conhecemos, que é tentar desqualificar a acusação. Agora, a bem da verdade, não fomos nós, deputados da Oposição, que fizemos qualquer denúncia em relação à vice-governadora Emilia Belinati, aliás, dissemos aqui desta tribuna o grande respeito que possuíamos por ela até essas denúncias serem veiculadas com muita nitidez pela imprensa do Paraná. Fomos colegas dela aqui neste Parlamento, deputada estadual na gestão de 1990-1994, e não tínhamos absolutamente nada contra a senhora Emilia Belinati nessa Casa.

Senhor presidente, como a toda população do Paraná, uma grande tristeza nos envolve e uma profunda decepção ao ver o nome da vice-governadora do Paraná, Emilia Belinati, envolvida com o desvio de recursos da prefeitura de Londrina, denunciada pelo Ministério Público de Londrina. E até hoje nenhuma palavra da senhora Emilia Belinati para se defender, nenhuma palavra para dizer: “Olha, não sou culpada, esses cheques não foram parar na minha conta, não fui beneficiária, é mentira”. Nada. O que ela usou ontem na imprensa do Paraná para tentar desmoralizar o trabalho sério dos deputados que querem o seu afastamento e dos parlamentares, que por problemas políticos, até concordam com a nossa posição, mas não têm ali inserido o seu nome, em função, como eu disse, de posições políticas dentro deste parlamento.

Por isso, não dá para ouvir sem se manifestar uma expressão como esta, de que nós deputados agimos de forma antidemocrática, ao tentar afastá-la do cargo de governadora do Paraná. Não fomos nós. Está lá o nome dela, relacionado com depósitos de cheques na sua conta, e segundo o Ministério Público de Londrina, estes cheques foram desviados da Prefeitura de Londrina na fraude da Comurb e da Ama! Não fomos nós! E a vice-governadora não se defende. Não diz que é mentira. O que ela diz? “A Oposição usou de argumentos jurídicos não muito consistentes”, quer dizer, admitindo sua culpa, admitindo o seu envolvimento de que nós, talvez juridicamente não tenhamos sido tão consistentes quanto ela imaginava, na sugestão do seu afastamento do cargo de vice-governadora do Paraná.

Não me assusto com cara feia. Não sou filho de pai assustado. Muito pelo contrário. Por isso, a dona Emilia Belinati pode ficar com a cara feia, pode pular, pode espernear, que a nossa atitude continuará sendo na mesma linha, e temos o apoio do povo do Paraná. Lá em Londrina, uma pesquisa da Rádio CBN, insuspeita, mostrou que 80% da população de Londrina não concordava que a senhora Emilia Belinati assumisse o governo do Paraná!

Estamos ao lado do povo. O povo está ao nosso lado. O povo pensa como nós, a grande maioria do povo do Paraná. Por isso, senhor presidente, estamos absolutamente tranquilos de que estamos cumprindo com nosso dever, cumprindo com o nosso papel. E não vai ser esta senhora política que hoje assume interinamente o governo do Paraná que irá nos desmotivar nesta luta. Não será! Porque temos a convicção. E o que mais diz a vice-governadora: “a Oposição tenta me agredir porque é um período político”. Pelo que sei, a senhora Emilia Belinati não é candidata a prefeita, a vereadora, muito menos eu, muito menos qualquer deputado do PMDB nesta Casa, e a grande maioria dos deputados da Oposição e da própria Situação. Não é política. Este é discurso para tentar desacreditar as sérias acusações que pesam contra ela.

De forma que levar para este lado é na verdade um discurso pueril, um discurso que a população já não agüenta mais. O que ela deveria fazer, senhor presidente? O que é que o povo do Estado do Paraná gostaria de ouvir da vice-governadora? “Eu não sou culpada, estes cheques não foram para a minha conta, foram para a minha conta, sim, mas não é do roubo da Prefeitura de Londrina”. É isso o que gostaríamos de ouvir e que ela não fala. Ficou calada durante todo este tempo. E quem cala consente, admite. Ficou calada, e agora, usando o cargo honrado que nós, o povo do Paraná, não aceitamos que se manche, usa da imprensa para tentar desacreditar a nossa ação parlamentar séria, que tem objetivos sadios.

Não fomos nós, senhor presidente, que achacamos qualquer denúncia contra a vice-governadora! Não fomos nós, deputados da Oposição. E quando este escândalo estourou no Paraná, nós aqui ficamos calados, torcendo e imaginando: ela vai se defender! Torcendo por ela. Ela vai se defender e sair ilesa deste processo. Mas, nos decepcionou muito, porque nada fez, a não ser ficar calada. E as provas contundentes estão lá, no Poder Judiciário. Esperamos que hoje a Justiça se manifeste. E temos a convicção profunda de que irá atender ao nosso pleito, porque tem a mesma fundamentação, as mesmas provas, somando-se ainda à questão da quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário produzido pelo Ministério Público e atendido pela Justiça do Paraná. Estão lá, arrolados nos autos, pedindo seu afastamento do cargo de governadora.

Antes de conceder aparte ao Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que a vice-governadora disse também: “quando eu era deputada, não fazia uma Oposição doente contra o governo do PMDB”. Quero lembrar à vice-gov-

ernadora que não existiu uma denúncia contra a honra do vice-governador do Paraná naquele período. Não existiu uma denúncia contra a honra do governador do Paraná naquele período. E se existiu e ela foi omissa, deve ser punida por isso também. Se existiu qualquer atitude que desabonasse a conduta de um governante e ela tenha sido omissa, ela é, na verdade, culpada por suas atitudes, porque não é isso o que o povo do Paraná espera de seus parlamentares, seus políticos, seus representantes. Espera, sim, que a verdade sempre prevaleça e que seja o único objetivo buscado com todas as forças.

Por isso, senhor presidente, olha como são fáceis de rebater as palavras desta pessoa que hoje governa o Paraná. Como são fáceis! Palavras jogadas ao vento, com o único objetivo de descaracterizar uma situação política séria, que visa seu afastamento do governo estadual.

Vamos continuar lutando nesta tese. E a verdade vai prevalecer. Confiamos na verdade. Confiamos no Poder Judiciário do Paraná! Temos certeza que o nosso pedido bem fundamentado, será acolhido. E poderemos fazer uma discussão desapassionada e tranqüila, para que culpados sejam punidos e aqueles que têm a verdade possam merecer o respeito da sociedade do Paraná.

Solicito o Horário das Oposições, se Vossa Excelência autorizar.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Nereu Moura, queremos colocar a Vossa Excelência a posição da Bancada do Governo. As questões que envolvem a vice-governadora com supostas irregularidades, estão sob investigação. Tão logo se tenha a conclusão das investigações e haja posicionamento da Justiça, pode ter certeza Vossa Excelência esta Bancada, que apóia o governo Jaime Lerner, terá uma posição honrada quanto a esta questão. Mas, o que temos tido é prudência e serenidade. Porque enquanto uma questão está sob investigação, não está julgada e nem condenada. É a posição da nossa Bancada, de cautela e de serenidade.

Acho muito bom, deputado, muito bom, que a Bancada da Oposição recorra a todas as instâncias da Justiça, porque nada melhor que o pronunciamento da Justiça.

Hoje, Vossa Excelência espera o pronunciamento da Justiça; tenho a certeza que espera o afastamento da vice-governadora. Quem determina que o afastamento do governador assuma a vice-governadora ou o vice-governador é a lei, não é o governador Jaime Lerner. Então, assumiu a senhora Emilia Belinati, escolhida pela população paranaense. Se a Justiça entender que ela deve permanecer no cargo, tem que ser respeitada esta decisão. A nossa posição é esta: é de respeito à Justiça.

Então, para que fique claro para Vossa Excelência para esta Casa, colocamos aqui a questão nem de ataque e nem de defesa; colocamos com serenidade. Esperamos, sim, que a Justiça, sem paixão de cores partidárias ou de facções políticas, traga à luz a clareza dos fatos para que

possamos ter uma posição, aí possamos tomar uma posição quanto a esta questão.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte do deputado Valdir Rossoni.

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Deputado Nereu Moura, acompanhei o seu pronunciamento e li pela imprensa hoje a reação da vice-governadora do Estado.

Acho, deputado, veja bem, que a vice-governadora incorre em alguns equívocos, em alguns erros. O primeiro deles é o de tentar desqualificar a postura dos deputados da Assembléia Legislativa, que de alguma maneira estão procurando preservar algo que não é da Emilia Belinati, e não é do deputado de Oposição ou do deputado de Situação: o cargo de governador é um cargo que pertence ao Estado do Paraná, pertence ao conjunto do povo do Paraná. Então, esse cargo não pode estar manchado, sob ele não pode pairar nenhuma suspeição. Não quero afirmar que a vice-governadora seja culpada por antecipação, não posso formular juízo que ela realmente se beneficiou do desvio de verbas públicas do Sercomtel, da venda de ações do Sercomtel para a Copel; não posso afirmar isso categoricamente. Apesar que tenho conhecimento que cheques foram depositados na sua conta, o Ministério Público investigando todo esse processo convenceu o Poder Judiciário e ofereceu denúncia, tanto é que quebrou o sigilo fiscal, bancário e telefônico da vice-governadora, a senhora Emilia Belinati.

Ora, Se o Ministério Público do Estado do Paraná quebra o seu sigilo, quebra o sigilo fiscal, o sigilo bancário da vice-governadora do Estado por ordem do Poder Judiciário, não é mais meramente uma suspeição, há uma decisão da Justiça, há decisão de uma instituição maior do que todos que disse o seguinte: "A vice-governadora está sob investigação severa.". Porque não é apenas uma investigação de algumas circunstâncias ou alguns elementos de provas, a investigação já passou por um grau de severidade a busca da comprovação maior da culpabilidade.

O pedido de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, ao ser aceito pelo juiz depois de um ano e quatro meses de um processo de investigação pelo Ministério Público, demonstra que a vice-governadora já tem parte da culpa. No entanto, o conjunto dessa culpabilidade e qual o procedimento de penalização que será oferecido por uma sentença, em função de no momento certo ser estabelecido o contraditório, que os seus advogados apresentem a possibilidade de defesa, é uma outra questão.

Então, o Valdir Rossoni, e a vice-governadora Emilia Belinati, não perceberam o que está acontecendo. Já há um indiciamento severo, denúncias, suspeições veementíssimas sobre a participação dela, em um processo

que não corresponde ao decoro do cargo que ela ocupa. Qual é o pedido que a Oposição fez? A Oposição não pediu para cassar a senhora Emilia Belinati, fez o pedido na Justiça, para que ela se afaste do cargo, porque esse cargo não pode ser manchado por nenhuma mácula. Não pode é o cargo maior que existe no Estado do Paraná, que cuida de todas as finanças e de todo o processo administrativo, dos interesses da educação.

Estranha-me a vice-governadora dizer que fazemos uma oposição doentia. Imagine, deputado Nereu Moura, com tudo o que está acontecendo em nosso Estado, envolvendo o prefeito de Londrina, a vice-governadora, outros casos envolvendo o secretário de Segurança Pública, delegados de Polícia envolvidos com o crime organizado. Imaginem, se deputados de Oposição, não nos pronunciássemos uma só vez a respeito do caso da corrupção existente na cidade de Londrina, que, infelizmente, desembocou na vice-governança do Estado do Paraná!

Imaginem o que a população estaria pensando dos deputados. Não seríamos apenas chamados, talvez, de deputados doentes, seríamos chamados, pelo conjunto da população, de cúmplices com seu silêncio, com um ato de corrupção, que lesa o conjunto dos cidadãos do Paraná! Mais do que do ponto de vista pecuniário e financeiro, a dignidade dos habitantes, dos paranaenses, é que está em jogo nesse momento.

Por isso acho que a Oposição agiu corretamente e está de parabéns, ao formular e enquadrar essa discussão no seu leito próprio, do qual deveria ser uma reflexão do conjunto da Assembléia. Aproveito o momento para deixar aqui uma proposta, que não tinha me ocorrido, não sei se cabe à Assembléia, nesse caso ao Poder Legislativo, instituir uma comissão que investigue o caso da vice-governadora e a sua participação nesse episódio. Se for isso possível, do ponto de vista jurídico, acho que a Oposição tem que lutar pela constituição de uma comissão processante, em relação ao cargo de vice-governador, para que a vice-governadora, até que esse episódio esteja absolutamente esclarecido, seja impedida de assumir o cargo de governadora do Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte.

Para concluir, senhor presidente, quero dizer que temos, sim, serenidade e prudência no trato dessa questão e das demais que envolvem os interesses do povo do Paraná. Também respeitamos a decisão da Justiça, seja ela qual for, atendendo ou não o nosso pleito, a nossa reclamação e iremos respeitar. Achamos que a nossa petição foi fundamentada e merece ser acolhida. Todavia, se a Justiça entender diferente, iremos respeitá-la mas não iremos esmorecer. Iremos continuar na mesma linha, usando de todas as forças, de toda a nossa luta, para que o Paraná conheça a verdade em relação a essa história.

Finalizando, senhor presidente, quero dizer que tudo isso poderia ser dispensável. Tudo isso poderia estar

ocorrendo se a senhora Emilia Belinati tivesse ela, por si só, se colocado sob suspeição e pedido o seu afastamento do governo do Paraná, até que as investigações fossem totalmente apuradas. Isso resolveria o problema e já teria conduzido de maneira satisfatória, para o povo do Paraná. Mas, infelizmente, não foi isso que ocorreu e aqui estamos cumprindo o nosso dever de fazer com que o Paraná tenha a verdade como objetivo central das ações dos seus políticos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PTB; PSL; PT; PDT; PST; Liderança da Oposição;  
Liderança do Governo.  
(**Declinam**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Guairaçá, com sede e foro no município de Guairaçá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1151 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 648/97, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 648/97 por 10 (dez) sessões.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no Extremo Oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1152 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do

Projeto de Lei nº 056/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 056/99 por 10 (dez) sessões.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/99, autoria do deputado Algaci Tulio, que determina que o sistema oficial de ensino do Paraná passe a contar com a disciplina "Educação em Valores Humanos". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E. E C.D.H. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ no DA nº 61, de 07.06.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 306/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por finalidade determinar que o sistema oficial de ensino do Estado do Paraná, passe a contar com a disciplina "Educação em Valores Humanos".

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Face ao exposto o Parecer é Favorável, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 306/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no currículo do ensino fundamental do Estado do Paraná a disciplina Educação em Valores Humanos.

Parágrafo Único - A disciplina criada neste artigo integrará os currículos escolares no ano letivo de 2000.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da duplicação, determinando o conteúdo mínimo a ser ministrado na disciplina referida.

Art. 3º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 306/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, determina que o sistema oficial de ensino do Estado do Paraná passe a adotar a disciplina “Educação em Valores Humanos”. Com substitutivo e parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos igualmente favoravelmente ao referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16.05.2000.

(aa) EDSON PRACZYK - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a delegacia da Mulher no Município de Medianeira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 627/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 627/99, de autoria do deputado Ademir Bier, visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, instalar a Delegacia da Mulher no município de Medianeira.

Tratando-se de matéria autorizatória, emitimos nosso Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis por considerá-lo constitucional, legal e de acordo com as normas legislativas.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 627/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Ademir Bier, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Medianeira.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da Delegacia da Mulher no município de Medianeira, na busca de

minimizar estes problemas sociais envolvendo mulheres.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 627/99

P A R E C E R :

**Do Projeto**

De autoria do deputado Ademir Bier, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a criar a “Delegacia da Mulher no município de Medianeira”.

Na justificativa o parlamentar indica que “como em todo o ... Paraná, Medianeira possui problemas sociais entre eles o de ocorrências policiais envolvendo mulheres, crianças e adolescentes principalmente nas escolas e famílias, não havendo projetos para coibir e orientar na tentativa de diminuir a violência em geral...”

As Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública declararam-se favoráveis ao projeto.

**Do Voto**

O projeto de lei em epígrafe vem ao encontro dos propósitos da modernidade em dotar as comunidades de aparelhos de combate ao crime em geral e aqueles específicos em regra, como o são a defesa da criança, do idoso e da mulher. Assim, e sob os aspectos desta Comissão de Mérito, o autor soube bem revestir de forma legal o pretendido pela comunidade e mesmo objeto da ação pública.

Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 05.06.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

BETO RICHA - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Autorização ao Poder Executivo a criar Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 28.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 045/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, tem por objetivo autorizar ao Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de

Apucarana e abrangência nos municípios que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 045/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, tem objetivo autorizar o Poder Executivo a Criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com base no art. 33, § 5º do Regimento Interno, com relação à matéria proposta pelo ilustre autor que pretende ampliar o atendimento aos trabalhadores e empresários da região de Apucarana, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
ADEMIR BIER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1148, 1149 e 1150, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1153, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1154, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2½ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 144, 306, 627/99 e 045/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 470, 585, 629/99, 023, 075, 093 e 094/2000.

Levanta-se a Sessão.